

2020-05-15 02:06:52

<http://justnews.pt/noticias/ha-uma-visao-algo-reduutora-da-psiquiatria-sem-a-sua-extensao-a-saude-mental>

Hospitais devem proporcionar formação aos psiquiatras «de acordo com o modelo biopsicossocial»

A nova presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM) considera que os serviços de Psiquiatria “são melhores se tiverem internos”, mas também entende que os médicos em formação devem ser incentivados a preocupar-se, simultaneamente, com “a formação e o seu desenvolvimento como médicos e como pessoas”.

Em entrevista à Just News, Maria João Heitor apresenta-se, fala da especialidade que representa, do posicionamento dos psiquiatras nos hospitais públicos e das “sete linhas mestras” na atuação da Sociedade que agora lidera, para cumprir um mandato de três anos.



Maria João Heitor

Maria João Heitor, que é diretora do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Beatriz Ângelo e que tomou posse como presidente da Direção da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental no passado dia 7 de março, defende que os hospitais públicos “deveriam estar munidos das condições necessárias para proporcionar uma formação mais ampla na prática psiquiátrica”. Em abordagens biológicas, psicoterapêuticas e psicossociais, “de acordo com o modelo biopsicossocial e numa perspetiva pluralista da doença mental”.

Valorizar mais a “formação e o desenvolvimento como médicos e como pessoas”

“Os hospitais são locais de eleição para a formação das novas gerações de psiquiatras. Além disso, os serviços são

melhores quando há internos, dado que estes são catalisadores no sentido da formação contínua e obrigam a que todos estejam permanentemente mais atentos ao seu desempenho”, afirma Maria João Heitor.

Mas sublinha que se assiste, por vezes, a uma “preocupação excessiva” dos profissionais mais jovens, “não tanto com a formação e o desenvolvimento como médicos e como pessoas, mas antes mais centrados nas classificações obtidas, que tendem a nem ser diferenciadoras”.

Deixa um aviso: “Temos todos de colaborar para inverter esta tendência.” E tem uma certeza: “Isto vai obrigar a uma mudança no padrão de seleção e seriação dos candidatos a emprego no SNS, após a conclusão da especialidade”.



Para a presidente da SPPSM, “a identidade da Psiquiatria no hospital geral, em particular no hospital público, está bem definida”. No seu entender, é preciso “equilibrar diferentes pesos, fundamentais”, enumerando alguns: ciência e humanismo; as charneiras entre a Psiquiatria e a Neurologia; o papel do psiquiatra nas equipas multidisciplinares, na ligação com as outras especialidades, com os cuidados de saúde primários, na interface com profissionais não médicos e com a comunidade.

Prosseguindo, fala na atividade assistencial multifacetada, “que consome grande parte do tempo e energia dos médicos”, e na atividade não assistencial de formação e investigação, “que cada vez mais está melhor representada nos serviços de Psiquiatria”. E não esquece o papel no enquadramento ético das instituições, no que respeita à bioética e aos conflitos éticos assistenciais e organizacionais.

Fazer da consulta “um momento de empatia, de compreensão e de ajuda”

Do “manicómio” aos modernos serviços de Psiquiatria, “tem ocorrido uma enorme evolução”, sublinha Maria João Heitor, destacando a integração da especialidade nos hospitais gerais, em 1992, quando até então a presença dos serviços dedicados à saúde mental estava praticamente reduzida aos hospitais universitários.

Tal contribuiu para “uma aproximação” entre a Psiquiatria e as outras áreas médicas e cirúrgicas. A nossa entrevistada lamenta os constrangimentos ao nível dos modelos de financiamento, algo que se reflete “em dificuldades na prestação de cuidados, em especial comunitários”: visitas domiciliárias, articulação mais estreita com os agrupamentos de centros de saúde, com IPSS e ONG ligadas à saúde mental, e com as autarquias e outros setores.



“Estes constrangimentos acentuam-se em certos hospitais do SNS, por exemplo, no caso das parcerias público-privadas, em que nos próprios contratos com o Estado não foi prevista a Psiquiatria Comunitária”, salienta. E defende que há que alterar a obrigatoriedade do número de primeiras consultas, com impacto negativo nas subsequentes, bem como nos tempos alocados às consultas médicas em geral.

De qualquer forma, “mesmo que tenhamos menos tempo parametrizado para uma consulta, podemos fazer desse período um momento de encontro, de empatia, de compreensão e de ajuda com a pessoa em sofrimento que nos procura”.

Maria João Heitor faz questão de valorizar a Psiquiatria de Ligação que, “nas suas vertentes clínica, de formação e de investigação, tem sido um instrumento muito importante na aproximação entre a Psiquiatria e as outras especialidades e na redução do estigma hospitalar associado à doença mental”.

“Há uma visão redutora da Psiquiatria, sem a sua extensão à saúde mental”

Maria João Heitor acredita ser resiliente, garante que respeita os outros e diz que procura dar o seu melhor no dia-a-dia com os doentes e na liderança de equipas. Faz uma reflexão rápida e justifica a razão por ter escolhido a Psiquiatria como especialidade médica: “Gosto das pessoas e gosto de cuidar. E sou fascinada pelo cérebro humano e por todos os contextos e ambientes de vida em que as pessoas estão inseridas e se movem.”

Para além disso, “a Psiquiatria é, provavelmente, a mais transversal das disciplinas médicas. Tem a ver com o comportamento, com escolhas e motivações, tão importantes para a saúde em geral. É aquela especialidade médica em que o modelo biopsicossocial é mais nítido”.

“Um psiquiatra tem de ter conhecimento da doença mental e da saúde mental em todas as suas vertentes: promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento, reabilitação psicossocial e integração sociofamiliar, escolar e profissional. Por vezes, isso não acontece. Há uma visão algo redutora da Psiquiatria, sem a sua extensão à saúde mental. E isto também se reflete, por vezes, nas dificuldades sentidas por alguns colegas, e outros profissionais, no trabalho em equipas multidisciplinares”, considera Maria João Heitor.



“Os serviços são melhores quando há internos, dado que estes são catalisadores no sentido da formação contínua”, reforça Maria João Heitor

A aplicação de guidelines internacionais "não chega"

Outro aspeto é que perante uma pessoa em sofrimento, muitas vezes com comorbilidades psiquiátricas e somáticas, além de estar inserida em contextos sociais, familiares e culturais extremamente diversificados, “não podemos apenas olhar para cada paciente numa base populacional ou de séries clínicas”.

“Hoje em dia, na prática clínica, alguns internos e psiquiatras mais jovens focam-se em aplicar guidelines internacionais, que são importantes desde que baseadas na melhor evidência disponível, mas isso não chega”, sublinha.

Lembrando que “o estigma é o principal obstáculo à integração das pessoas com doença mental”, diz ser necessário combater algo que “os próprios serviços e os profissionais de saúde – mesmo de saúde mental – ainda sentem e manifestam... e isso não pode acontecer”.

Entretanto, um dos aspetos positivos, segundo Maria João Heitor, foi a aproximação entre os serviços de alcoologia e que tratam as toxicodependências e os serviços de Psiquiatria, com “uma melhor articulação amplamente desejável”.

“As doenças mentais representam uma grande fatia da carga global de doença. Pertencem, na sua maioria, às patologias não transmissíveis, que tendem frequentemente para a cronicidade, embora com períodos de agudização. Podemos falar de ‘sindemias’, em que há uma interação entre a doença e o contexto socioeconómico no qual o indivíduo está inserido. Para responder a estas ‘sindemias’, temos de ter uma abordagem menos redutora e mais global e sustentável”, conclui a presidente da SPPSM.



SOCIEDADE PORTUGUESA
**PSIQUIATRIA
SAÚDE MENTAL**

As “linhas mestras” do mandato

Com um mandato de três anos (2020-2022) pela frente, Maria João Heitor refere que desenhou um plano de ação orientado por “sete linhas mestras”, a primeira das quais tem a ver com a intervenção e advocacy junto da

sociedade civil e da classe política. “Um aspeto importante prende-se com a comparticipação de antipsicóticos, que a Direção e o presidente cessantes defenderam e promoveram”, sublinha.

A continuação do investimento na formação pós-graduada, seja no congresso e encontros nacionais, seja em novas edições de cursos dirigidos sobretudo a internos de Psiquiatria, mas também, por exemplo, a especialistas de Medicina Geral e Familiar, e na internacionalização de alguns desses cursos, é outra das prioridades daquela responsável, que tenciona igualmente investir na criação do Observatório de Saúde Mental, preferencialmente, em parceria com a DGS.

Apostar numa estratégia de comunicação para o exterior e para o interior da própria SPPSM, envolvendo todos os seus sócios e captando mais, investir na divulgação da cultura científica (por exemplo, com a Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental), criar novas secções dentro da Sociedade – como a Secção de Saúde Mental da Mulher ou a Secção de Psiquiatria Comunitária – e continuar disponível para informar todos os doentes, famílias e população em geral que procuram a Sociedade constituem outros dos objetivos de atuação.



A nova presidente quer continuar a investir na representação da SPPSM junto da European Psychiatric Association (EPA) e da World Psychiatric Association (WPA), na relação com sociedades de Psiquiatria dos PALOP e Brasil, e em parcerias com a Associação Portuguesa de Internos de Psiquiatria (APIP) e outras.

Maria João Heitor diz que tenciona recorrer, de uma forma mais regular, ao Conselho Consultivo da Sociedade, que integra os ex-presidentes António Pacheco Palha (2009-2012) e Maria Luísa Figueira (2013-2015).

De acordo com os estatutos, além de João Marques-Teixeira, na qualidade de presidente cessante, e de João Bessa, como presidente eleito, a atual Direção reúne psiquiatras de diversas regiões do país.

Finalmente, sublinha que a SPPSM está a preparar-se para os atuais e futuros desafios sociais e na saúde, de rápida instalação, nomeadamente e na qualidade de sociedade científica, a novas formas de atuação digital, e-learning e telemedicina, contribuindo para o enquadramento científico dos profissionais e outros interlocutores.

"Não chega saber diagnosticar, tratar e reabilitar"

Licenciada pela FMUL, Maria João Heitor repartiu o seu internato de Psiquiatria pelo Miguel Bombarda e hospitais do Reino Unido. Em Portugal, já trabalhou em diversas instituições hospitalares, estando no Beatriz Ângelo desde a sua abertura (2012). É também psiquiatra na Casa de Saúde da Idanha.

Entre outras funções, foi diretora de serviços de Psiquiatria e Saúde Mental da DGS, membro do Conselho Nacional de Saúde Mental, responsável pela Unidade de Promoção da Saúde do INSA e representante portuguesa

junto da OMS e da Comissão Europeia para os assuntos da saúde mental e álcool. É doutorada em Medicina Preventiva e Saúde Pública.

As suas áreas de interesse são múltiplas e abrangentes, desde a psicose e a reabilitação psicossocial de pessoas com doença mental grave, e a psiquiatria comunitária, até à psico-oncologia, não esquecendo as patologias mais prevalentes e com mais impacto na sociedade e na produtividade: a depressão e a ansiedade.

“Não chega saber diagnosticar, tratar e reabilitar as pessoas com perturbações psiquiátricas. Considero que o psiquiatra tem de ter conhecimentos e atuar, sempre que possível, como agente promotor da saúde, em particular da saúde mental, e como peça fundamental integrante de equipas multidisciplinares”, afirma.



A entrevista completa pode ser lida na edição de maio/junho 2020 do [Hospital Público](#) - jornal para profissionais de saúde, distribuído nos serviços e departamentos de todas as unidades hospitalares do SNS.

Partilhar projetos e boas práticas, `aproximar` profissionais, valorizar equipas e o SNS.